

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****NOTA TÉCNICA Nº 86/2025/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ****PROCESSO Nº 08006.000740/2023-01****INTERESSADO: STI****PREGÃO ELETRÔNICO 90012/2025****HABILITAÇÃO DA LICITANTE****POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21****GRUPO 01****1. DA INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 que tem o escopo de contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de tecnologia da informação e comunicação (TIC), com remuneração mensal fixa, condicionada ao cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estabelecidos, conforme quantidades e perfis profissionais mínimos previstos em ordens de serviço, segundo as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (em meses)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR PARA 12 MESES ESTIMADO	VALOR PARA 24 MESES ESTIMADO
1	1	Central de Serviços de TIC - Atendimento a usuário Níveis 1 e 2	26980	VAL/MÊS	24	R\$ -	R\$ 218.126,20	R\$ 2.617.514,40	R\$ 5.235.028,80
	2	Serviços de gerenciamento e operação de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Nível 3	27014	VAL/MÊS	24	R\$ -	R\$ 1.142.044,10	R\$ 13.704.529,20	R\$ 27.409.058,40
<b>VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 1.360.170,30</b>	<b>R\$ 16.322.043,60</b>	<b>R\$ 32.644.087,20</b>

1.2. Segundo prescreveu o item 1.1 do Edital, a saber: a licitação será realizada em grupo único, formados por 2 (dois) itens, com valor estimado de R\$ 32.644.087,20 (trinta e dois milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil oitenta e sete reais e vinte centavos). Ademais, o Termo de Referência aduz, no item 1.3, que a presente contratação tem o prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses:

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2. DO RELATÓRIO**

2.1. Após o transcurso da fase interna do Processo Administrativo nº 08006.000740/2023-01, o Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (32641668) foi publicado, com sessão pública marcada para o dia 29 de agosto de 2025, às 9h. Igualmente, foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (32672923), no Diário Oficial da União, no dia 15 de agosto de 2025, (32671630), em jornal de grande circulação (32672000) e devidamente publicado no [sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP](#) (32672847).

2.2. Durante a fase externa, foram apresentados os Pedidos de Esclarecimentos nº

2.3. No dia e horário marcado foi aberta a sessão pública do PE nº 90012/2025. Concluída a fase de lances, seguindo a ordem classificatória (32840239), procedeu-se à negociação dos valores, a qual restou frutada, em seguida houve a convocação da primeira colocada para envio de sua proposta atualizada e demais documentos, o que fez dentro do prazo estipulado.

2.4. A licitante CODEVELOP SOLUTIONS LTDA, CNPJ nº 51.412.510/0001-07, enviou os documentos, a saber: Licitação: Proposta Comercial (32846650) e Documentos de Habilitação (32846658).

2.5. De posse dos documentos o setor demandante produziu a Nota Técnica nº 28/2025 (32847097) informando que a empresa CODEVELOP SOLUTIONS LTDA, CNPJ nº 51.412.510/0001-07 não atendeu aos requisitos de habilitação técnica exigidos no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025.

2.6. Desse modo, a licitante foi desclassificada do certame e convocada a segunda empresa, conforme a lista de classificação.

2.7. Com efeito, no dia 02/09/2025, após a negociação que restou frustrada, foi convocada a licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21, a qual encaminhou a Proposta Comercial (32882207) e Documentos de Habilitação, conforme volume XIII e XIV, dos autos. Ademais, cumpre informar que foram juntados aos autos o SICAF e demais certidões da empresa sob o SEI nº (32873279).

2.8. O setor demandante, com a Nota Técnica nº 31/2025 (32883270), analisou os documentos de habilitação e entendeu pela necessidade de promoção de pedido de diligência para instruir / complementar a instrução processual com relação ao atendimentos dos requisitos técnicos exigidos no Edital de licitação.

2.9. De clareza solar, o artigo 64 da Lei nº 14.133/2021 prescreve o dever do Poder Público em solicitar diligências para corrigir ou sanar dúvidas com relação aos documentos enviados pelas licitantes, no curso do prélio licitatório, com o escopo de se buscar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assim segue grafado o normativo legal:

Art. 64. a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

2.11. Sem Embargos, em 2021, o Plenário do TCU decidiu sobre a aplicação constante do art. 64, da Lei 14.133, expondo o seguinte:

- 4.4. Para tanto foi devidamente utilizado, *ipsis litteris*, pela licitante, o Modelo do Anexo I.I - Planilha de Custos e Formação de Preços, do Edital.
- 4.5. Da análise da Planilha de Custo e Formação de Preços percebe-se que foram utilizados os salários dos profissionais no termos expostos no item 9.7.7 do Anexo do Edital I - Termo de Referência e da Portaria SGD ME nº 1.070 de 1º de junho de 2023, conforme o Módulo 1 da Planilha de Custos.
- 4.6. Com relação ao Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários, mormente o Submódulo 2.1 foi utilizado o índice 11,11 (onze vírgula onze) para 13º (décimo terceiro) salário e férias e adicional de férias. Assim, o Modelo do Edital estabeleceu a incidência do Submódulo 2.2 sobre o 2.1, sendo que a licitante inseriu no campo a incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º, férias e adicional de férias.
- 4.7. Ainda sobre o Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições, para o INSS a licitante apartada na Lei nº 14.973/2024, que determinou a reatualização gradual da folha de pagamento, trazendo a alteração progressiva nas alíquotas da contribuição patronal ao INSS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB:
- 4.7.1. 2025: 5% (INSS) e 3,6% (CPRB)
- 4.7.2. 2026: 10% (INSS) e 2,7% (CPRB)
- 4.7.3. 2027: 15% (INSS) e 1,8% (CPRB)
- 4.7.4. 2028: 20% (INSS) e 0% (CPRB)
- 4.8. Como efeito, a licitante observou os índices de 5% (INSS) e 3,6% (CPRB) para o ano de exercício de 2025. O RAT ajustado foi na ordem de 1% (um por cento) em face do RAT x FAP e o FGTS no importe de 8% (oito por cento).
- 4.9. Parta o Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários, o auxílio transporte foi utilizado, nos termos da Cláusula Décima Terceira da CCT 2024/2025, no valor de R\$ 5,5 (cinco reais e cinquenta centavos) como o desconto de 6% (seis por cento), considerando a quantidade de dias úteis em 22 (vinte e dois). o Auxílio Alimentação obedeceu a regra da Cláusula Décima Terceira da CCT com o valor de R\$ 37,00 (trinta e sete reais). A licitante inseriu auxílio saúde da Cláusula Décima Quinta da CCT, nos percentuais definidos na tabela do parágrafo segundo. Outrossim, a empresa previu seguro de vida, invalidez e funeral consoante as Cláusulas Décima Sexta e Sétima da CCT.
- 4.10. No que tange ao módulo 3 foi observado os índices legais e no módulo 4 os índices estatísticos da própria empresa.
- 4.11. Para os insumos diversos do módulo 5 foi apresentado os valores para os recursos computacionais, equipamentos e outros.
- 4.12. No que tange aos tributos do módulo 6 foram inseridos os custos indiretos e lucros. Com relação aos Tributos observa-se as alíquotas do lucro presumido sendo: 0,65% para o PIS, 3% para COFINS e o Imposto Municipal / Distrital - ISS de 2%. A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi inserida no percentual de 3,6% conforme a Lei nº 14.973/2024.
- 4.13. Assim, constata-se que a proposta comercial atendeu aos requisitos exigidos no Edital.
- 4.14. No que pertine, a exequibilidade da proposta comercial, cabe ressaltar que o valor global estimado, para os 24 meses de contratação, foi no importe de R\$ 32.644.087,20. Desse modo, de posse da lista classificatória (32840239) é possível observar que os preços oferecidos, na fase de lances, estão muito próximos uns dos outros, mormente, entre os melhores classificados, com propostas válidas, conforme o entabulado:

Ordem de Classificação do PE 90012/2025	Licitante	Preço Ofertado na Fase de lances	Valor Global Estimado do PE 90012/2025	Percentual de desconto sobre o Valor Global Estimado Versus Valor Ofertado	Obs.
1	CODEVELOP SOLUTIONS LTDA - CNPJ: 51.412.510/0001-07	R\$ 25.713.904,32	R\$ 32.644.087,20	-	Desclassificada - Nota Técnica nº 28/2025 (32847097)
2	POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A - CNPJ: 05.510.654/0004-21	R\$ 26.535.846,72		18,71%	Aceitação da Proposta Comercial (32882207) - Nota Técnica nº 32/2025 (32884861)
3	G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA - CNPJ: 07.094.346/0001-45	R\$ 26.747.999,76		18,06%	Não convocada
4	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A - CNPJ: 07.171.299/0001-96	R\$ 26.748.000,00		18,06%	Não convocada
5	INFINTY STORE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 37.007.414/0001-52	R\$ 26.808.000,00		17,88%	Não convocada

- 4.15. Destarte, percebe-se que o percentual de desconto sobre o valor global estimado variou de 18,71 a 17,88 %, dentro do grupo analisado, o que estabelece uma faixa de preços para a execução desse objeto pelos participantes do certame.
- 4.16. Porquanto, o valor global ofertado pela licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21 é exequível e plenamente executável em face das melhores margens de preços das propostas globais lançadas no sistema, segundo tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL DA PROPOSTA COMERCIAL (32882207)	VALOR PARA 12 MESES DA PROPOSTA COMERCIAL (32882207)	VALOR PARA 24 MESES DA PROPOSTA COMERCIAL (32882207)
1	1	Central de Serviços de TIC - Atendimento a usuário Níveis 1 e 2	VAL/MÊS	24	R\$ 209.780,00	R\$ 2.517.360,00	R\$ 5.034.720,00

	2	Serviços de gerenciamento e operação de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Nível 3	VAL/MÊS	24	R\$ 895.880,28	R\$ 10.750.563,36	R\$ 21.501.126,72
VALOR TOTAL - POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21					R\$ 1.105.660,28	R\$ 13.267.923,36	R\$ 26.535.846,72

4.17. Dito isso, cabe trazer a lume o vestuto entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU, Súmula nº 262, sobre a exequibilidade dos preços em licitações públicas, do qual cita-se outrossim o Acordão nº 637/2017 como exemplo:

Acordão 637/2017 - Plenário  
A inexecuibilidade de itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo para a desclassificação da proposta (art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993), pois o juízo sobre a inexecuibilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta.

4.18. Mais recentemente a Corte de Contas - TCU, reafirmou o entendimento no Acordão nº 803/2024 (Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler - 24/04/2024.

4.19. Diante disso, percebe-se a exequibilidade da proposta comercial da licitante e, portanto, será aceita pelo pregoeiro com valor, para o GRUPO I, no montante de R\$ 26.535.846,72, posto que exequível e verifica se que está abaixo do valor estimado para o certame.

4.20. Assim sendo, passa-se a análise da habilitação da licitante.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Com base nos documentos de habilitação enviados pela licitante, o pregoeiro fez a verificação do cumprimento dos itens exigidos no edital e no Termo de Referência.

5.2. Assim, constata se que a licitante atendeu aos requisitos necessários para habilitação, conforme sintetizado no quadro abaixo:

ITEM DO EDITAL / TR	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
3.4 - Edital	Declarações Eletrônicas	Atendido
6.1.1. - a) - Edital	SICAF	Atendido
6.1.2. - b) - Edital	CEIS	
6.1.3. - c) - Edital	CNIA	
6.2 - Edital	Lista de Inidôneos/TCU	
6.3. - Edital	Consulta de Situação do licitante	
Habilitação Jurídica		
9.4 a 9.4.1.1.17 - TR	Contrato Social	Atendido
Regularidade Fiscal e Trabalhista		
9.4.1.2 a 9.4.1.2.8 - TR	SICAF- Nível III	Atendido
Qualificação Econômico-Financeira		
9.5.2 - TR	Certidão Negativa de Falência	Atendido
9.5.3 a 9.5.6 - TR	Balanco patrimonial - Índices econômicos	Atendido
Qualificação Técnica		
9.6 - TR	Comprovação da capacidade técnica	Atendido

5.3. No que se refere a exigência da cláusula 3.4 do Edital, verifica-se que consta do site "compras.gov.br" as declarações das licitantes (32871582) juntadas aos autos.

5.4. Com relação a reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCD) está prevista na legislação brasileira, especialmente na Lei nº 8.213/1991 e na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A Lei nº 8.213/1991, em seu artigo 93, estabelece que empresas com 100 ou mais empregados devem preencher de 2% a 5% de seus cargos com pessoas com deficiência. Esse percentual varia de acordo com o número de funcionários: de 100 a 200 empregados: 2%; de 201 a 500 empregados: 3%; de 501 a 1.000 empregados: 4%; mais de 1.001 empregados: 5%.

5.5. O § 2º do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 estabelece que:

§ 2º Ao Ministério do Trabalho e Emprego incumbe estabelecer a **sistemática de fiscalização, bem como gerar dados e estatísticas sobre o total de empregados e as vagas** preenchidas por pessoas com deficiência e por beneficiários reabilitados da Previdência Social, fornecendo-os, quando solicitados, aos sindicatos, às entidades representativas dos empregados ou aos cidadãos interessados.

5.6. Dessa forma, a Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego da Secretaria de Inspeção do Trabalho (32873279) informa que a licitante emprega pessoa com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **IGUAL** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, nos termos verificado pelo pregoeiro.

5.7. Assim, esse item foi atendido pela empresa.

5.8. Quanto a **Habilitação** foi observado o que estabeleceu a cláusula 6.1:

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** SICAF;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A1]

**6.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

5.9. Com fulcro na análise do SICAF e Certidões (32873279) observa-se o atendido dos requisitos do Edital, conforme a tabela:

SICAF -
III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	23/02/2026
FGTS	Validade:	22/09/2025
Trabalhista	Validade:	23/02/2026
<b>IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal</b>		
Receita Estadual/Distrital	Validade:	03/11/2025
Receita Municipal	Validade:	-
<b>VI - Qualificação Econômico-Financeira</b>		
Qualificação Econômico-Financeira	Validade:	30/06/2026

5.10. Foi devidamente consultado e juntado, pelo pregoeiro, segundo o doc. SEI - SICAF e Certidões (32873279), em nome do dirigente e do CNPJ as seguintes comprovações de NADA CONSTA: CEIS - Portal Transparência, Atos de Improbidade do CNJ e Certidão de Inabilitação e Inidôneos do TCU.

5.11. Com relação a **Habilitação Jurídica** da cláusula 9.4 do TR foi observado.

5.12. Desta feita, a habilitação jurídica foi atendida, conforme comprova o Contrato Social juntado aos autos, registrado na Junta Comercial.

5.13. Na **Regularidade Fiscal e Trabalhista cláusula** 9.4.1.2. do TR, observa-se o atendimento, conforme o SICAF da licitante e nos termos da tabela acima. Ademais, foi apresentado pela licitante a documentação juntamente com a habilitação.

5.14. No que concerne a **Qualificação Econômico-Financeira**, atesta-se o preenchimento ao exigido no Edital, nos moldes a seguir demonstrado:

5.14.1. Certidão Negativa de Falências, item 9.5.2: Certidão Negativa de Distribuição (Ações de Falências, Recuperações Judiciais) do Poder Judiciário do Distrito Federal - TJDF, emitida em 27/08/2025, com validade até 27/09/2025, prazo de 30 dias. A Certidão de Falências do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, datada de 02/09/2025 e a Certidão de Falências do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, datada de 22/08/2025, com validade de 3 (três) meses.

5.14.2. Balanço Patrimonial - exercício do ano de 2024 e 2023, conforme item 9.5.3 do Termo de Referência, foi apresentado pela licitante.

5.14.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa: destarte, verifica-se que todos os índices estão acima de 1, sendo o LG 1,74, o LC 2,29 e SG 2,88 para o exercício de 2024 e LG 1,04, o LC 1,19 e SG 1,92 para o exercício de 2023, nos termos conferido pelo pregoeiro, conforme Relatório de Liquidez Econômico-financeira (33054812 e 33054822) e segundo exigência do item 9.5.3.1 do Edital.

9.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.5.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

5.15. Diante disso, atesta-se o preenchimento de todos os requisitos exigidos no Edital no âmbito da Qualificação Econômico-Financeira.

5.16. No que atina a **Qualificação Técnica**, prevista no item 9.6 do Termo de Referência, verifica-se a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, no bojo dos documentos de Atestado de Capacidade Técnica.

5.17. O setor demandante produziu as Nota Técnica nº 31/2025 (32883270), Nota Técnica nº 35/2025 (32983211) e Nota Técnica nº 36/2025 (33020651) sobre o atendimento técnico da licitante, segundo exigido no Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025.

5.18. Desse modo, com fundamento no entendimento da área requisitante assim registrado entendeu assim: "sob o ponto de vista técnico, conclui-se que a licitante atendeu aos requisitos de habilitação técnica previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (32641668), especificamente no que se refere à seção 9.6 - Qualificação Técnica." constata preenchimento dos requisitos do Edital.

5.19. Portanto, constata-se o atendimento na íntegra ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90012/2025.

## 6. DA DECISÃO

6.1. Da análise empreendida e amparada pelo pronunciamento da área demandante, este pregoeiro se manifesta pela **ACEITAÇÃO** da Proposta Comercial e **HABILITAÇÃO** da empresa: POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21, para o **GRUPO 1**, com o valor, para 24 (vinte e quatro) meses, de R\$ R\$ 26.535.846,72 (vinte e seis milhões, quinhentos e trinta e cinco mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos), no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 90012/2025.

6.2. É como decido.



Documento assinado eletronicamente por **HALISSON LUCIANO CHAVES AYRES DA FONSECA, Pregoeiro(a)**, em 17/09/2025, às 10:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **32893938** e o código CRC **3FA0E773**. O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.